



# SENADO FEDERAL

## PARECERES

### Nºs 1.407, E 1.408, DE 2009

Sobre o Projeto de Lei nº 362, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

#### **PARECER Nº 1.407, DE 2009**

(Da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

RELATOR “AD HOC”: Senador FLEXA RIBEIRO

#### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de Projeto de autoria do ilustre Senador Pedro Simon, que pretende efetivar alterações nos artigos 74, 79 e 99 da Lei nº 10.741, de 2003 – Estatuto do Idoso.

Na sua justificção, o Senador Pedro Simon demonstra a sua preocupação com a falta de explicitação dos meios legais de que o idoso pode se utilizar para obter a concretização do direito ao recebimento gratuito de medicamentos.

Salienta o autor do Projeto que o art. 15 do Estatuto garante ao idoso o direito ao medicamento, mas a aplicabilidade desse direito fica comprometida

pela falta de explicitação sobre quem é responsável por fazer valer tal direito e da existência de tutela legal para tanto.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto.

É o relatório.

## **II – ANÁLISE**

O Projeto sob exame tem três objetivos: a) explicitar com mais clareza e objetividade o papel do Ministério Público na garantia da efetivação do direito do idoso ao recebimento gratuito de medicamentos (art. 74); b) garantir a tutela jurisdicional para a satisfação do direito ao recebimento de remédios (art. 79); c) tipificar como crime a omissão no fornecimento de medicamentos (art. 99).

Trata-se de matéria de competência legislativa da União Federal, conforme o art. 22 da Constituição Federal. A matéria não é de iniciativa exclusiva do Poder Executivo. O Projeto atende, assim, aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade.

O Projeto merece aplausos e o total apoio de todos os membros do Congresso Nacional. Trata-se de iniciativa que procura dar soluções ao grave problema enfrentado pela população idosa mais carente, para as enormes dificuldades que vem enfrentando em obter do Poder Público a efetivação do seu direito à prestação de serviços que garantam a sua saúde, especificamente no que respeita ao dever de fornecimento de medicamentos essenciais.

É notório o quadro de dificuldades dos participantes do SUS em obter do Poder Público medicamentos, o que tem levado milhares de pessoas a recorrer ao Poder Judiciário com a finalidade de obter tutela jurisdicional para esse fim, através de inúmeras ações propostas contra os Municípios, Estados e a União Federal.

Dáí por que importantíssima se apresenta a proposta de alteração do inciso II, do art. 74, do Estatuto do Idoso, para explicitar melhor os deveres e prerrogativas do Ministério Público no que concerne à tutela do idoso quanto ao seu direito ao recebimento gratuito de medicamentos.

O mesmo se diga quanto à inserção expressa no inciso I, do art. 79, do Estatuto, de responsabilidade pela omissão ou prestação insatisfatória de alimentação e medicamentos aos idosos.

Além disso, o Projeto tem o grande mérito de tipificar como crime, no art. 99 do Estatuto, a omissão na prestação de medicamentos de que o idoso necessite. A redação atual do art. 99 se refere genericamente a alimentos e cuidados indispensáveis. Pela nova redação, fica tipificado como crime a omissão na entrega de medicamentos aos cidadãos maiores de 60 (sessenta) anos de idade.

### III – VOTO

Pelo exposto, o voto é no sentido da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, na forma da sua redação original.

Sala da Comissão, 3 de maio de 2006.

, Presidente



, Relator

FLEXA RIBEIRO (ad hoc)

SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA-CDH

PROPOSIÇÃO: *PLS nº 362/2005*  
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 03/05/2006, OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:	
RELATOR: <i>(ad hoc)</i>	
<b>Bloco da Minoria (PEL e PSDB)</b>	
EDISON LOBAO	1 - ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VAGO	2 - DEMÓSTENES TORRES
JORGE DORNIAUSEN	3 - HERÁCLITO FORTES
JOSÉ AGRIPINO	4 - VAGO
ROMEU TUMA	5 - MARIA DO CARMO ALVES
JUVÊNCIO DA FONSECA	6 - ARTHUR VIRGÍLIO
LÚCIA VÂNIA	7 - ÁLVARO DIAS
VAGO	8 - FLEXA RIBEIRO
<b>PMDB</b>	
LEOMAR QUINTANILHA	1 - LUIZ OTÁVIO
MAGUITO VILELA	2 - GILVAM BORGES
JOSÉ MARANHÃO	3 - MÃO SANTA
SÉRGIO CABRAL	4 - VAGO
GARIBALDI ALVES FILHO	5 - VALDIR RAUPP
<b>Bloco de Apoio ao Governo (P, PT, PSB, PL)</b>	
FLÁVIO ARNS	1 - MAGNO MALTA
FÁTIMA CLEIDE	2 - SIBÁ MACHADO
ANA JÚLIA CAREPA	3 - ANTONIO CARLOS VALADARES
MARCELO CRIVELLA	4 - MOZARILDO CAVALCANTI
PAULO PAIM	5 - AELTON FREITAS
<b>PP</b>	
CRISTOVAM BUARQUE - PRESIDENTE	1 - OSMAR DIAS

Atualizado em 02/05/2006

**PARECER Nº 1.408, DE 2009**  
**(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)**

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

## **I – RELATÓRIO**

Vem a esta Comissão, para análise e decisão terminativa, nos termos dos arts. 91 e 101, II, *d*, do Regimento Interno do Senado Federal, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 362, de 2005, acima epigraçado, de autoria do eminente Senador Pedro Simon.

A proposta trata de alterar a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, denominada *Estatuto do Idoso*, com os seguintes objetivos: *a*) atribuir ao Ministério Público (MP) legitimidade para promover judicialmente “ações de saúde” e “de medicamentos”, além daquelas hoje previstas no art. 74, II, da citada lei; *b*) prever, na mesma linha, que o MP poderá ajuizar ações para responsabilizar a omissão ou oferecimento insatisfatório de serviços de alimentação ou medicamentos aos idosos, dando nova redação ao inciso I do art. 79 da mencionada lei; *c*) alterar o tipo penal do art. 99 do Estatuto do Idoso, inserindo a expressão “privando-o... *de medicamentos*”, para punir a recusa ou omissão na entrega de medicamentos aos idosos por quem esteja obrigado a fazê-lo.

Na justificação da proposta, o autor oferece os seguintes argumentos:

Especificamente, ele [o PLS nº 362, de 2005] se refere ao direito que tem o idoso de receber, gratuitamente, medicamentos, conforme dispõe o art. 15 do Estatuto. Via de regra os órgãos de saúde têm se eximido desta responsabilidade, e devido ao disposto na regra em vigor, para fazer valer seus direitos, líquidos e imediatos pelo Estatuto, o idoso tem que necessariamente provocar o Poder Judiciário, com o ônus do tempo e das custas processuais.

A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

## II – ANÁLISE

O PLS nº 362, de 2005, trata de direito penal, matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal (CF), bem como da proteção e defesa da saúde, tema afeto à competência concorrente, conforme disposto no art. 24, XII, da Carta Magna. A matéria atende, pois, aos requisitos de constitucionalidade formal.

Da mesma forma, entendemos que a proposta converge, na sua essência, para o dever de amparo ao idoso, consagrado nos termos do art. 230 da CF: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida”. Referido dever de proteção ganha concretude, ainda, no art. 203, I, do texto constitucional: “A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos: a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice”. Com efeito, o PLS também cumpre os pressupostos de constitucionalidade material, além de não vislumbrarmos nele vícios de juridicidade ou de regimentalidade.

Sabemos que os idosos são as pessoas que mais necessitam de medicamentos de uso contínuo, seja para curar ou remediar, seja para prevenir doenças geralmente associadas à idade avançada. Portanto, nessa etapa da vida, os gastos com remédios tendem a consumir uma parcela importante dos rendimentos, o que pode ser dramático para a população idosa de baixa renda.

De igual modo, temos a consciência de que o fornecimento gratuito de medicamentos essenciais – dever do Estado e direito do cidadão – nem sempre ocorre de forma satisfatória. Tal omissão ou precariedade atinge a população idosa de forma mais aguda e dolorosa, pelas razões expostas há pouco. Em muitos casos, a espera pode custar muito caro, sendo que a única alternativa do idoso é recorrer ao Poder Judiciário para obter, liminarmente, o medicamento a que tem direito.

A proposição, nesse sentido, cuida de atribuir expressamente ao Ministério Público legitimidade para propor ações judiciais “de saúde” (para garantir, por exemplo, internações ou a realização de procedimentos cirúrgicos) e “de medicamentos” (de modo a assegurar o fornecimento de remédios indispensáveis ao tratamento, especialmente os de custo elevado). Para tanto, introduz modificações nos arts. 74 e 79 do Estatuto do Idoso. Estamos convencidos de que essas novas atribuições estão em perfeita conformidade com a missão institucional do Ministério Público, tendo em vista o disposto nos incisos II, III e IX do art. 129 da CF:

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

.....  
II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

.....  
IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

Assim, a “melhor idade” terá como aliada uma das mais importantes e bem estruturadas instituições da República, que disporá de instrumentos bastante persuasivos para garantir a eficiência do serviço público de saúde, tanto promovendo a responsabilidade penal do agente público deliberadamente omissivo ou desidioso, tanto ajuizando ações que garantam o fornecimento dos medicamentos negados, tanto realizando acordos com os serviços de saúde, por meio dos chamados “termos de ajustamento de conduta”.

Com o objetivo de dotar o Ministério Público desse poder de persuasão, o PLS altera a redação do art. 99 da Lei nº 10.741, de 2003, para criminalizar a conduta de quem expõe a perigo a integridade e a saúde do idoso, privando-o “de medicamentos”. A responsabilidade penal recairia sobre a pessoa que se omite dolosamente, a despeito do dever de fornecer ou ministrar os medicamentos.

Em suma, estamos certos de que o PLS concorre para o aprimoramento da legislação de proteção ao idoso. Teríamos, tão-somente, um pequeno reparo de técnica legislativa no modo como as partes internas dos dispositivos são referidas no art. 1º do PLS, nada alterando o mérito da proposição. Complementarmente, propomos alterar a ementa do projeto de lei, no propósito de torná-la mais clara e informativa.

### III – VOTO

Pelo exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, com as seguintes emendas de redação:

#### EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005:

“**Art. 1º** Os arts. 74, 79 e 99 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, passam a vigorar com as seguintes alterações:

‘Art. 74. ....

.....

II – promover e acompanhar as ações de saúde, de alimentos, de medicamentos, de interdição total ou parcial e de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida, e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

.....’ (NR)

‘Art. 79. ....

I – acesso às ações e serviços de saúde, bem como a medicamentos e alimentação;

.....’ (NR)



“Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos, medicamentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

.....’ (NR)”

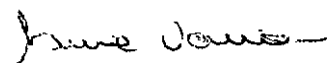
#### **EMENDA Nº 2 – CCJ**

Dê-se à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, a seguinte redação:

“Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para conferir ao Ministério Público atribuições quanto à proteção e defesa da saúde do idoso, bem como criminalizar a conduta que especifica.”

Sala da Comissão, 19 de agosto de 2009.

**Senador DEMÓSTENES TORRES**, Presidente



, Relator

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 362 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 19/08/2009, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <b>Senador DEMÓSTENES TORRES</b>	
RELATOR: <u>SENADORA LÚCIA VÂNIA</u>	
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PSB, PCdoB, PRB)</b>	
MARINA SILVA	1. RENATO CASAGRANDE
ALOIZIO MERCADANTE <i>[assinatura]</i>	2. AUGUSTO BOTELHO
EDUARDO SUPLYC <i>[assinatura]</i>	3. MARCELO CRIVELLA
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[assinatura]</i>	4. INÁCIO ARRUDA
IDELI SALVATTI <i>[assinatura]</i>	5. CÉSAR BORGES <i>[assinatura]</i>
EXPEDITO JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	6. SERYS SLHESARENKO <i>[assinatura]</i>
<b>MAIORIA (PMDB, PP)</b>	
PEDRO SIMON <i>AVTOR</i> <i>[assinatura]</i>	1. ROMERO JUCÁ
ALMEIDA LIMA <i>[assinatura]</i>	2. LEOMAR QUINTANILHA
GILVAM BORGES <i>[assinatura]</i>	3. GERALDO MESQUITA JÚNIOR
FRANCISCO DORNELLES <i>[assinatura]</i>	4. LOBÃO FILHO
VALTER PEREIRA <i>[assinatura]</i>	5. VALDIR RAUPP <i>[assinatura]</i>
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA <i>[assinatura]</i>	6. NEUTO DE CONTO <i>[assinatura]</i>
<b>BLOCO DA MINORIA (DEM, PSDB)</b>	
KÁTIA ABREU <i>[assinatura]</i>	1. EFRAIM MORAIS
DEMÓSTENES TORRES <i>[assinatura]</i>	2. ADELMIR SANTANA
JAYME CAMPOS <i>[assinatura]</i>	3. RAIMUNDO COLOMBO
MARCO MACIEL <i>[assinatura]</i>	4. JOSÉ AGRIPINO
ANTONIO CARLOS JÚNIOR <i>[assinatura]</i>	5. EDISEU RESENDE
ALVARO DIAS <i>[assinatura]</i>	6. EDUARDO AZEREDO <i>[assinatura]</i>
SÉRGIO GUERRA <i>[assinatura]</i>	7. MARCONI PERILLO
LÚCIA VÂNIA <i>[assinatura]</i>	8. ARTHUR VIRGÍLIO
TASSO JEREISSATI <i>[assinatura]</i>	9. FLEXA RIBEIRO
<b>PTB</b>	
ROMEU TUMA <i>[assinatura]</i>	1. GIM ARGELLO
<b>PDT</b>	
OSMAR DIAS	1. FLÁVIO TORRES

Atualizada em: 04/08/2009

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PL N° 362, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PT, PR, PSB, PSC, PSD, PPB					CEL. PL. PSB, PL. PSD, PL. PSB				
MARINA SILVA					1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY					3 - MARCELO CRIVELLA	X			
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INACIO ARRUDA				
IDEL SALVATI	X				5 - CESAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR					6 - SERYS SLESARENKO	X			
TITULARES - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB e PP	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON			X		1 - ROMERO JUCA	X			
ALMEIDA LIMA	X				2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES					4 - LOBÃO FILHO				
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6 - NEUTO DE CONTI				
TITULARES - BLOCO DA MINORIA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMOCRATA (PSDB)					1 - EFRAM MORAIS				
KATIA ABREU					2 - ADELMIR SANTANA				
DEMOSTENES TORRES (PRESIDENTE)					3 - RAIMUNDO COLOMBO				
JAYME CAMPOS					4 - JOSÉ AGRIPINO				
MARCO MACIEL	X				5 - ELISEU RESENDE				
ANTONIO CARLOS JÚNIOR	X				6 - EDUARDO AZEREDO	X			
ALVARO DIAS	X				7 - MARCONI PERILLO				
SÉRGIO GUERRA	X				8 - ARTHUR VIRGILIO				
LÚCIA VÂNIA (RELATORA)	X				9 - FLEXA RIBEIRO				
TASSO JEREISSATI	X				10 - GIM ARGELLO				
TITULARES - PMB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				1 - GIM ARGELLO				
TITULARES - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDI	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
OSMAR DIAS					1 - FLAVIO TORRES				

TOTAL: 12 SIM: 17 NÃO: 1 ABSTENÇÃO: 1 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 19 / 08 / 2009

Senador DEMOSTENES TORRES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO. CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 1º, do RISF) UNCCJ2009\Reunião\Voteção nominal.doc (atualizado em 04/08/2009).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Emenda nº 1 e 2 (CCJ) ao

PROPOSIÇÃO: PLS Nº 362, DE 2005

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

SENADORES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO CPT, PR, PSB, PSC, PPB, PPS	SIM	NÃO	AUT.	ABSTENÇÃO	SENADORES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO CPT, PR, PSB, PSC, PPB, PPS	SIM	NÃO	AUT.	ABSTENÇÃO
MARINA SILVA					1 - RENATO CASAGRANDE				
ALOIZIO MERCADANTE	X				2 - AUGUSTO BOTELHO				
EDUARDO SUPLICY					3 - MARCELO CRIVELLA				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				4 - INACIO ARRUDA	X			
IDELI SALVATTI	X				5 - CÉSAR BORGES				
EXPEDITO JUNIOR					6 - SERYS SHESSARENKO	X			
SENADORES - BLOCO DA MINORIA DEM, PSDB	SIM	NÃO	AUT.	ABSTENÇÃO	SENADORES - BLOCO DA MINORIA DEM, PSDB	SIM	NÃO	AUT.	ABSTENÇÃO
PEDRO SIMON	X				1 - ROMERO JUCA	X			
ALMEIDA LIMA	X				2 - LEOMAR QUINTANILHA				
GILVAM BORGES					3 - GERALDO MESQUITA JUNIOR				
FRANCISCO DORNELLES					4 - LOBÃO FILHO				
VALTER PEREIRA	X				5 - VALDIR RAUPP	X			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X				6 - NEUTO DE CONTO				
SENADORES - BLOCO DA MINORIA DEM, PSDB	SIM	NÃO	AUT.	ABSTENÇÃO	SENADORES - BLOCO DA MINORIA DEM, PSDB	SIM	NÃO	AUT.	ABSTENÇÃO
KATIA ABREU					1 - EFRAIM MORAIS				
DEMOSTENES TORRES (PRESIDENTE)					2 - ADELMIR SANTANA				
JAYME CAMPOS					3 - RAIMUNDO COLOMBO				
MARCO MACIEL	X				4 - JOSÉ AGRIPINO				
ANTONIO CARLOS JUNIOR	X				5 - ELISEU RESENDE				
ALVARO DIAS	X				6 - EDUARDO AZEREDO	X			
SERGID GUERRA					7 - MARCONI PERILLO				
LÚCIA VANIA (RELATORA)			X		8 - ARTHUR VIRGÍLIO				
TASSO JEREISSATI	X				9 - FLEXA RIBEIRO				
SENADORES - BLOCO DA MINORIA DEM, PSDB	SIM	NÃO	AUT.	ABSTENÇÃO	SENADORES - BLOCO DA MINORIA DEM, PSDB	SIM	NÃO	AUT.	ABSTENÇÃO
ROMEU TUMA	X				1 - GIM ARGELLO				
OSMAR DIAS	X				1 - FLAVIO TORRES				

TOTAL: 19 SIM: 17 NÃO: 2 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM / / 2009

Senador DEMOSTENES TORRES

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO. CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)  
U:\CCJ\2009\Reuniao\Votacao nominal.doc (atualizado em 04/08/2009).

**SECRETARIA-GERAL DA MESA  
SECRETARIA DE COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL**

**Do Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005,  
Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, para  
conferir ao Ministério Público atribuições quanto à  
proteção e defesa da saúde do idoso, bem como  
criminalizar a conduta que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 74, 79 e 99 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003,  
passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 74.....

II – promover e acompanhar as ações de saúde, de alimentos, de  
medicamentos, de interdição total ou parcial e de designação de curador  
especial, em circunstâncias que justifiquem a medida, e oficiar em todos  
os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de  
risco;

..... (NR)”

“Art. 79.....

I – acesso às ações e serviços de saúde, bem como a medicamentos  
e alimentação;

..... (NR)”

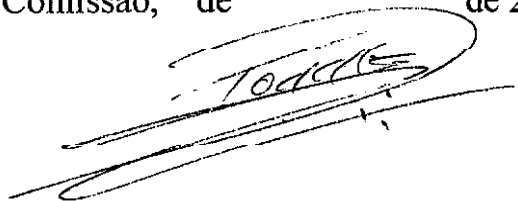
“Art. 99 Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica,  
do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou  
privando-o de alimentos, medicamentos e cuidados indispensáveis,

quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

..... (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala da Comissão, de de 2009.

 , Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

---

**CAPÍTULO II  
DA UNIÃO**

---

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

---

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

---

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde;

---

**CAPÍTULO IV  
DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA  
Seção I  
DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

---

#### Seção IV DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

---

#### CAPÍTULO VII DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

---

Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

§ 1º - Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

§ 2º - Aos maiores de sessenta e cinco anos é garantida a gratuidade dos transportes coletivos urbanos.

---

#### **LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003.**

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

---

#### CAPÍTULO IV Do Direito à Saúde

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde - SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.



§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

I – cadastramento da população idosa em base territorial;

II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatórios;

III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;

IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;

V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

---

## **CAPÍTULO II**

### **Do Ministério Público**

---

**Art. 74. Compete ao Ministério Público:**

I – instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso;

II – promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

---

## **CAPÍTULO III**

### **Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos**

---

**Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:**

I – acesso às ações e serviços de saúde;

---

## **CAPÍTULO II**

### **Dos Crimes em Espécie**

---

**Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:**

**Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.**

**§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:**

**Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.**

**§ 2º Se resulta a morte:**

**Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.**

---

Brasília, 19 de agosto de 2009.

Excelentíssimo Senhor  
Senador **JOSÉ SARNEY**  
Presidente do Senado Federal

**Assunto:** decisão terminativa.

**Senhor Presidente,**

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, **favorável** ao Projeto de Lei do Senado nº 362, de 2005, que "Altera dispositivos da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.", de autoria do Senador Pedro Simon, com duas Emendas que apresenta.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senador **DEMÓSTENES TORRES**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Publicado no **DSF**, de 1º/09/2009.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – Brasília – DF  
(OS:15862/2009)